

Serviços de Ação Social
Instituto Politécnico de Viana do Castelo

RELATÓRIO E CONTAS 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de
Viana do Castelo

Índice do Relatório e Contas

1.	Relatório de Gestão.....	2
1.1.	Caracterização da Entidade.....	2
1.1.1.	Estrutura Organizacional.....	2
1.1.2.	Órgãos e serviços.....	3
1.2.	Recursos Humanos.....	5
1.3.	Análise económico Financeira.....	5
1.4.	Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	9
1.5.	Perspetivas para o exercício de 2020.....	10
1.6.	Considerações Finais.....	10
1.7.	Proposta de Aplicação dos Resultados.....	10
2.	Demonstrações Financeiras.....	11
2.1.	Balanço individual em 31 de dezembro de 2019.....	11
2.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas Individual do período findo em 31 de dezembro de 2019.....	13
2.3.	Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2019.....	14
2.4.	Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019.....	15
2.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	17
	NOTA 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	17
	NOTA 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	18
	NOTA 3 – Ativos intangíveis.....	20
	NOTA 5 – Ativos fixos tangíveis.....	21
	NOTA 9 - Imparidade de ativos.....	28
	NOTA 10 – Inventários.....	28
	NOTA 13 – Rendimento de transações com contraprestação.....	29
	NOTA 14 – Rendimento de transações sem contraprestação.....	30
	NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	31
	NOTA 17 – Acontecimentos após a data de balanço.....	31
	NOTA 18 – Instrumentos Financeiros.....	31
	NOTA 19 – Benefícios dos empregados.....	35
	NOTA 20 – Divulgações de partes relacionadas.....	36
	NOTA 23 - Divulgações relacionadas com a Demonstração de Resultados por Natureza.....	37
	Outras Informações.....	39
3.	Demonstrações Orçamentais.....	40
3.1.	Demonstração do desempenho orçamental.....	41
3.2.	Demonstração de execução orçamental da receita.....	42
3.3.	Demonstração de execução orçamental da despesa.....	43
3.4.	Anexo às demonstrações orçamentais.....	44

1. Relatório de Gestão

O relatório de gestão é de elaboração obrigatória nos termos da Instrução n.º 1/2019 - PG. Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC), de 13 de fevereiro de 2019.

Com a elaboração do presente relatório procura-se efetuar uma síntese da situação financeira dos SAS-IPVC e dos recursos utilizados para a sua concretização, no ano de 2019.

O presente relatório visa assim apresentar aos vários grupos de *stakeholders* informação sobre o desempenho dos SAS IPVC numa ótica orçamental e patrimonial. Dando cumprimento ao diploma referenciado, os SAS-IPVC vem submeter à apreciação de V.Ex.^{as}, o Relatório de Gestão e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

1.1. Caracterização da Entidade

1.1.1. Estrutura Organizacional

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, doravante designados por SAS-IPVC, são uma unidade funcional do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, doravante designado IPVC ou Instituto. Os SAS-IPVC são o serviço do Instituto vocacionado para assegurar as funções da ação social escolar.

De acordo com o Regulamento Funcional dos Serviços de Ação Social, publicado na II Série do Diário da República n.º 58 de 24 de Março de 2010, os SAS-IPVC, os SAS têm como missão garantir as condições de equidade no acesso ao ensino superior e à formação ao longo da vida, bem como, a prestação de serviços sociais que contribuam para melhorar o sucesso escolar dos estudantes do IPVC.

O presente relatório pretende descrever o trabalho desenvolvido pelos SAS-IPVC durante o ano de 2019, tendo em consideração a missão, as orientações estratégicas e a política de ação social destes serviços, bem como as orientações e planos de ações definidos no plano estratégico do IPVC 2015-2019, bem como do seu Plano de Atividades para o ano 2019.

Os SAS-IPVC no âmbito da sua autonomia administrativa e financeira dispõem da capacidade de praticar atos jurídicos, de tomar decisões com eficácia externa e de praticar atos definitivos, bem como dispor de receitas próprias e a capacidade de as afetar a despesas aprovadas de acordo com o orçamento próprio. A autonomia financeira dos SAS-IPVC concretiza-se pela autonomia orçamental (poder de ter e gerir orçamento próprio), autonomia de tesouraria (poder de gerir os recursos monetários próprios) e autonomia creditícia (poder de contrair dívidas, com recurso a operações financeiras).

Os SAS-IPVC dispõem de serviços administrativos próprios, sem prejuízo de poderem partilhar serviços do Instituto, na preocupação de racionalização de recursos humanos e financeiros.

Os SAS-IPVC têm por finalidade a execução da política de ação social superiormente definida, de modo a proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo, através de apoios e serviços prestados. No âmbito das suas atribuições, compete aos SAS-IPVC, designadamente:

- a) Atribuir bolsas de estudo;
- b) Conceder empréstimos;
- c) Conceder auxílios de emergência, apoio excecional, em numerário ou em espécie, para acorrer a situações não previstas e de emergência, mas que se enquadrem nos objetivos da ação social no ensino superior;
- d) Atribuir bolsas de apoio, como forma de compensar a colaboração de alunos em atividades organizadas pelo IPVC;

- e) Fazer o acompanhamento dos estudantes no sentido de identificar situações supervenientes de carência económica, de adaptação ao ambiente escolar, ou outras que possam influenciar o sucesso escolar e a inserção social dos estudantes e tomar a iniciativa de propor as ações que se julguem aconselháveis;
- f) Promover a criação, manutenção e funcionamento das residências, cantinas e bares;
- g) Facilitar o acesso dos estudantes a cuidados de saúde;
- h) Promover e apoiar as atividades desportivas;
- i) Promover e apoiar as atividades culturais;
- j) Apoiar a integração dos estudantes na vida ativa;
- k) Estimular e apoiar atividades de voluntariado social;
- l) Apoiar os estudantes com necessidades especiais, designadamente os portadores de deficiência;
- m) Promover a criação de novos serviços e novos formatos de apoio aos estudantes que respondam a necessidades emergentes, nomeadamente, resultantes do alargamento da formação a novos públicos, bem como pela implementação de novos formatos de ensino;
- n) Promover a criação, manutenção e funcionamento de serviços de informação, de reprografia, de apoio bibliográfico e de material escolar;

1.1.2. Órgãos e serviços

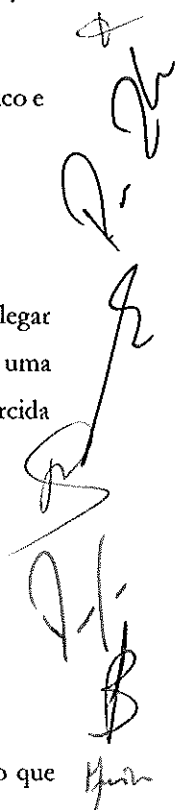
A gestão financeira dos SAS-IPVC compete ao Conselho de Gestão do IPVC. O Conselho de Gestão do IPVC pode delegar nos órgãos próprios dos SAS-IPVC, ou no Administrador, as competências que considere adequadas e necessárias a uma gestão mais eficiente destes serviços. As suas contas são consolidadas com as do Instituto e sujeitas à fiscalização exercida pelo fiscal único do Instituto.

De acordo com o artigo 10.º do Regulamento funcional dos SAS-IPVC os órgãos são:

- a) O Conselho de Acção Social;
- b) O Administrador para a Acção Social;
- c) Conselho de Gestão dos Serviços de Acção Social.

De acordo com o Capítulo II do Regulamento Funcional dos SAS IPVC, os SAS -IPVC compreendem uma divisão que engloba os Serviços Administrativos, Financeiros e Técnicos, que visam assegurar o normal funcionamento das estruturas de suporte dos SAS-IPVC e a execução de projetos de modernização administrativa em clara sintonia com os procedimentos definidos no âmbito do sistema de gestão da qualidade do IPVC, integrando as seguintes áreas:

- a) Financeira: Contabilidade; Tesouraria e Património;
- b) Recursos Humanos;
- c) Aprovisionamento;
- d) Tecnologias de informação



e) Manutenção.

Os Serviços de Apoio ao Aluno, asseguram a prestação de serviços à comunidade académica do IPVC segundo princípios de qualidade de serviço, inovação e adequação constantes às necessidades dos alunos. Compreendem as seguintes áreas:

- a) Bolsas;
- b) Alojamento;
- c) Alimentação: Cantinas; Bares, Inovação e Segurança alimentar;
- d) Centro Desportivo e Cultural: Centro Desportivo e Oficina Cultural;
- e) Gabinete de Saúde;
- f) Gabinete de Apoio ao Aluno;
- g) Gabinete de Inserção na Vida Ativa;
- h) Outros Serviços de Apoio ao Alunos

A figura 1 apresenta o organograma dos SAS-IPVC.

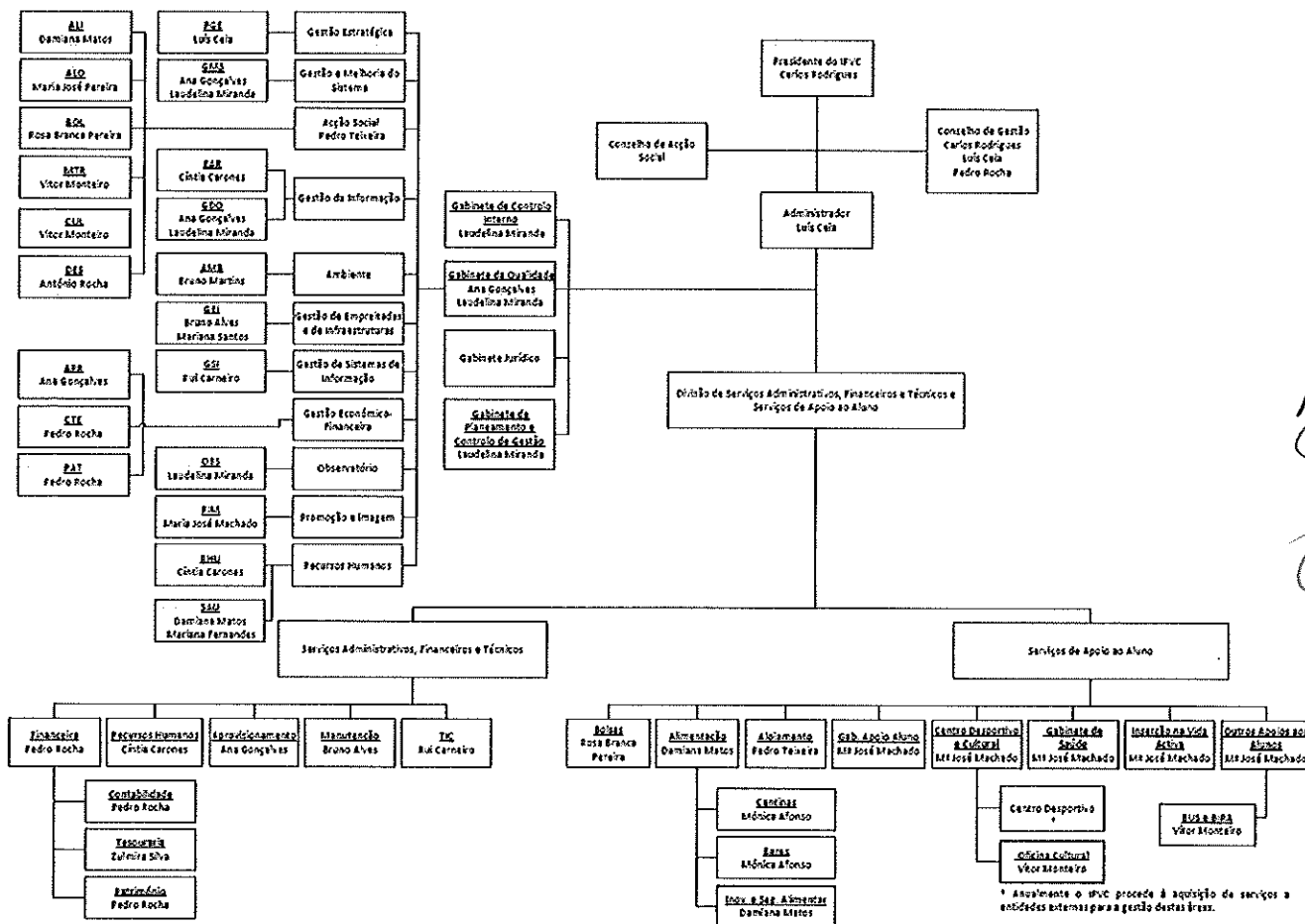


Figura 1 – Organograma dos SAS-IPVC.

1.2. Recursos Humanos

O mapa de pessoal, com efeitos a 31/12/2019, é composto por 64 trabalhadores, estando 1 ausente por doença prolongada, 2 em regime de mobilidade inter-organismos e sendo 17 sindicalizados.

Através da tabela 1, verifica-se que relativamente a categorias, a que tem maior representatividade é a de assistente operacional com 72% dos trabalhadores dos SAS, decorrentes das atividades operacionais desenvolvidas; seguida de assistente técnico e técnico superior com 17% e 6% do total dos colaboradores, respetivamente.

A tabela 1 apresenta o número de colaboradores distribuídos por áreas e categorias a 31/12/2019.

Tabela 1 – Mapa de pessoal dos SAS-IPVC atualizada a 31/12/2018.

Área	Categoria	Nº. de Efetivos em 31/12/2018
Gabinete do Administrador	Administrador	1
Administrativa e Financeira	Técnico Superior	2
	Assistente Técnico	4
	Assistente Operacional	1
Alimentar	Técnico Superior	1
	Encarregado Operacional	1
	Assistente Operacional	33
Alojamento	Assistente Técnico	3
	Assistente Operacional	9
Bolsas de Estudo	Assistente Técnico	2
	Técnico Superior	1
Gabinete de Apoio ao Aluno	Assistente Técnico	1
	Assistente Operacional	2
	Assistente Técnico	1
Gabinete de Controlo Interno	Assistente Técnico	1
Oficina Cultural	Assistente Técnico	1
Tecnologias de Informação	Esp. de Inf. – Grau 2, nível I	1
Total		64

1.3. Análise económico Financeira

A tabela 2 apresenta os indicadores financeiros nos anos de 2019 e 2018. Assim, a nível financeiro, o ano de 2019 caracterizou-se por um aumento das receitas do orçamento de estado e das transferências do IPVC e por uma estagnação das receitas próprias. Verifica-se o aumento da despesa com pessoal decorrente do aumento do salário mínimo nacional e do descongelamento das progressões.

Tabela 2 – Indicadores Financeiros.

Indicadores de Financeiros	2019	2018
Receitas		
Receitas do Orçamento de Estado	455.000,00 €	395.000,00 €
Saldos da Gerência anterior	27.604,17 €	7.663,69 €
Receitas Próprias	1.311.899,30 €	1.309.351,09 €
Transferências IPVC	204.400,00 €	158.428,30 €
Receitas de Fundos Europeus	166.172,23 €	96.749,62 €
Total de Receitas	2.165.075,70 €	1.967.192,70 €
Despesas Pagas		
Pessoal	853.490,47 €	752.269,75 €
Funcionamento	1.191.130,8 €	1.129.366,69 €
Capital	56.333,5 €	57.952,09 €
Total das Despesas	2.101.154,77 €	1.939.588,53 €

A tabela 3 apresenta os indicadores operacionais nos anos de 2019 e 2018. Verifica-se a diminuição de alguns indicadores entre 2018 e 2019, como bolsa média em valor, percentagem de alunos bolseiros. A taxa de ocupação das residências no ano de 2019 situou-se nos 99%. O Gabinete de saúde viu um aumento do número de consultas em psicologia e enfermagem. Relativamente ao Emprego, verificou-se um aumento do número de empresas registadas no portal do emprego e do número de alunos inscritos no portal do emprego.

Existem serviços que se depararam com diminuição de indicadores, como o número de refeições, dificuldades em aumentar ou manter o número de acessos e de inscritos no Centro Desportivo do IPVC, contrariando, assim, a tendência dos últimos anos.

Tabela 3 – Indicadores Operacionais.

Indicadores Operacionais	2019	2018
Número de trabalhadores	64	57
Número de alunos	4632	4343
Apoios Financeiros		
Número de alunos candidatos a bolsa	2238	2230
% alunos candidatos a bolsa	48,30%	51,30%
Número de bolseiros	1697	1828
% alunos bolseiros	36,6	42,1
Bolsa média	146,20 €	174,77 €
Número de alunos apoiados pela Bolsa de Apoio Social	26	38
% de bolsas despachadas a 31 de dezembro	81%	81%
Alojamento		
Número de camas	450	449
Número de alunos alojados em 31 de dezembro	444	444
Alimentação		
Número de refeições servidas	142.428	168.437
Número de bares	7	7
Número de cantinas	7	7
Número de equipamentos de <i>Vending</i> operados	15	15
Desporto		
Número médio mensal de acessos ao centro de <i>fitness</i>	395	409
Cultura		
Número de Exposições efetuadas	3	3
Saúde		
Número de consultas em psicologia e enfermagem	580	694
Emprego		
Número de empresas registadas no portal do emprego	491	400
Número de alunos inscritos no portal do emprego	2.194	1.984
Bus académico		
Número de utilizadores em 30 de julho	794	536
Controlo interno		
Número de visitas domiciliárias realizadas a alunos bolseiros	105	90
Número de processos de bolsa alvo de verificação documental	114	173
Processos de bolsa analisados (reclamações)	90	128

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below.

De acordo com a tabela 4, na ótica orçamental a receita global dos SAS-IPVC foi, em 2019, de 2.165.075,70 €, tendo-se verificado um aumento na ordem dos 10%. As transferências do Orçamento de Estado, em 2019, aumentaram em 60.000 €, correspondendo a um aumento de 15 %, o valor cobrado de receitas próprias manteve-se praticamente inalterado. Nas transferências do IPVC verificou-se um aumento de 29 %, bem como nas transferências de fundos europeus o aumento foi de 72 %.

Tabela 4 – Indicadores financeiros de receita cobrada líquida nos anos de 2019 e 2018.

Receita Cobrada líquida	2019	2018
Receitas		
Receitas do Orçamento de Estado	455.000,00 €	395.000,00 €
Saldos da Gerência anterior	27.604,17 €	7.663,69 €
Receitas Próprias	1.311.899,30 €	1.309.351,09 €
Transferências IPVC	204.400,00 €	158.428,30 €
Receitas de Fundos Europeus	166.172,23 €	96.749,62 €
Total de Receitas	2.165.075,70 €	1.967.192,70 €

Conforme se verifica na figura 2, a autonomia orçamental dos SAS-IPVC, em 2019, no que se refere à receita própria total arrecadada (receita cobrada líquida) é de cerca de 67%. O financiamento do Orçamento de Estado representa cerca de 20 % da receita global, sendo o seu valor integralmente aplicado nas despesas com pessoal. As transferências do IPVC representam 8 % do total da receita e as receitas de fundos europeus representam 5 % do total do orçamento da receita.

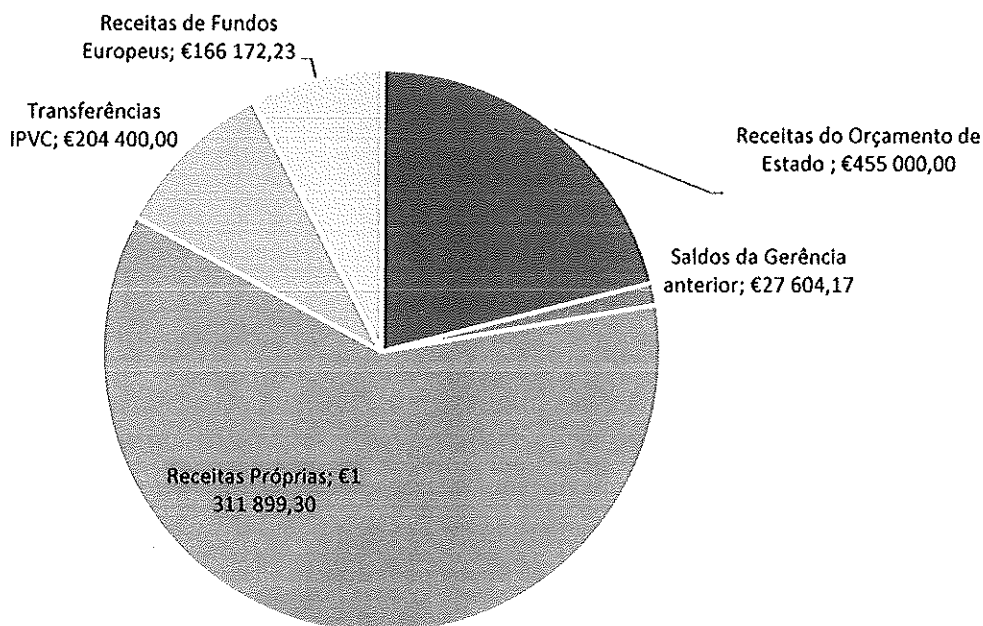


Figura 2 - Receita por Fonte de Financiamento dos SAS IPVC

Em relação à despesa, esta distribui-se da seguinte forma:

- 41% despesas para pessoal;
- 57% despesas de funcionamento;
- 3% despesas de capital.

A tabela 5 apresenta alguns indicadores financeiros relativamente à despesa paga. Assim, conclui-se que houve um aumento com as despesas de pessoal, esta última, tal como já indicado anteriormente, relativa ao aumento do salário mínimo nacional e do descongelamento das progressões. Contrariamente, verifica-se a diminuição da despesa paga com funcionamento. No total verifica-se um aumento de 161.566,24 € em despesa.

Tabela 5 – Indicadores financeiros de despesa paga anos de 2019 e 2018.

Indicadores de despesa	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Despesas Pagas				
Pessoal	853 490,47 €	41%	752 269,75 €	39%
Funcionamento	1 191 130,80 €	57%	1 129 366,69 €	58%
Capital	56 333,50 €	3%	57 952,09 €	3%
Total das Despesas	2 101 154,77 €	100%	1 939 588,53 €	100%

A figura 3 apresenta a evolução da despesa nos SAS-IPVC comparativamente aos anos 2019 e 2018. Tal como constatado anteriormente verifica-se um aumento da despesa total.

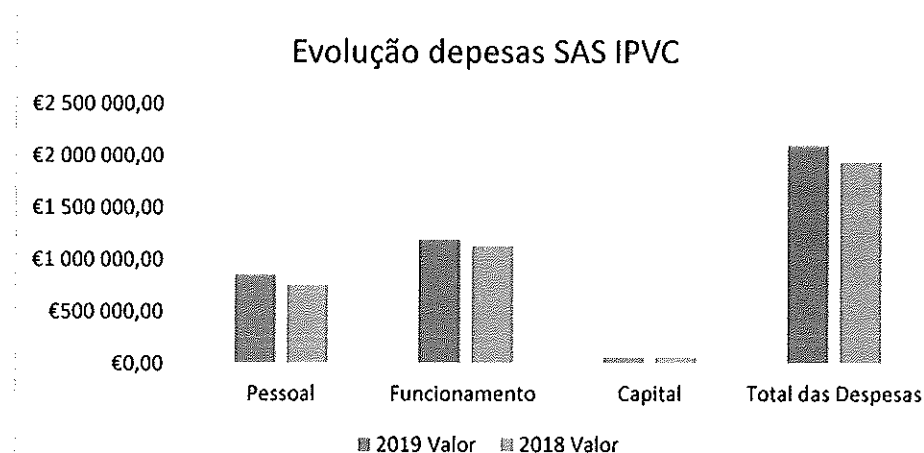


Figura 3 – Evolução da despesa nos SAS-IPVC entre os anos de 2019 e 2018.

A tabela 6 apresenta o ativo líquido em 2019 nos SAS-IPVC. Na rubrica dos Ativos fixo tangíveis verificou-se uma diminuição de 130449,47 (1%), o valor registado nos ativos fixos intangíveis assinalou um aumento de 70549,13 €, referindo-se a um ativo intangível que se encontra em curso, nomeadamente uma FrameWork de interoperabilidade de serviços básicos para a comunidade do IPVC, IPB e IPCA, desenvolvida pelas três instituições, tendo sido alvo de candidatura a um projeto cofinanciado por fundos europeus.

Os inventários registaram uma diminuição de 2.048,79 €, assim como a rubrica devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis diminuíram 155.743,23 €. O registo de clientes verificou uma variação negativa de 29.184,59 €, o valor em outras contas a receber diminuiu 1.860,17 €.

Os diferimentos resultantes dos rendimentos reconhecidos no período, cuja receita irá ocorrer no exercício período, referente nomeadamente ao seguro escolar tiveram uma diminuição de 18.447,99 €.

O valor de caixa e depósitos bancários aumentou 36.316,76 €.

Tabela 6 – Ativo líquido nos anos de 2019 e 2018.

Ativo	2019		Variação		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativos Fixos Tangíveis	9068995,05	95%	-130449,47	-1%	9 199 444,52	96%
Ativos intangíveis	259034,82	3%	70549,19	37%	188485,63	2%
Inventários	14405,77	0%	-2048,79	-12%	16454,56	0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	54262,40	1%	-155743,23	-74%	210005,63	2%
Clientes, contribuintes e utentes	84257,65	1%	-29184,59	-26%	113442,24	1%
Outras contas a receber	0,00	0%	-1860,17	-100%	1860,17	0%
Diferimentos	4379,00	0%	-18447,99	-81%	22826,99	0%
Caixa e depósitos	63920,93	1%	36316,76	132%	27604,17	0%
Total	9549255,62	100%	-230868,29	-2%	9780123,91	100%

Pela tabela 7 verifica-se que os fundos próprios diminuíram em 36.973,00 €, voltando o resultado líquido do exercício a ser negativo no montante de 101.581,01 €

Tabela 7 – Variação dos fundos próprios entre 2019 e 2018.

Fundos próprios	2019		Variação		2018	
	Valor	%	valor	%	Valor	%
Património	495 714,29 €	5%	- €	0%	495 714,29 €	5%
Reservas						
Resultados Transitados	8 714 649,11 €	94%	-26 496,34 €	0%	8 741 145,45 €	94%
outras variações no património líquido	157 343,31 €	2%	- €	0%	157 343,31 €	2%
Resultado Líquido do período	-101 581,70 €	-1%	-10 477,11 €	12%	-91 104,59 €	-1%
Total	9 266 125,01 €	100%	-36 973,45 €	0%	9 303 098,46 €	100%

Através da análise da tabela 8, verifica-se que o passivo diminuiu em 41 % em consequência na sua maioria da diminuição dos diferimentos, estes resultam do reconhecimento numa base sistemática para a conta 7883 - Imputação de subsídios e transferências para investimentos à medida que vão sendo efetuadas as depreciações dos bens subsidiados a que respeitam. As dívidas a fornecedores também registaram uma diminuição de 68.224,54 €.

Tabela 8 - Variação do passivo entre 2019 e 2018.

Passivo	2019		Variação		2018	
	Valor	%	valor	%	Valor	%
Fornecedores (CC e Ativos)	67 775,50 €	24%	-68 224,54 €	-50%	136 000,04 €	48%
Estado e outros entes públicos	22 455,19 €	8%	-6 377,88 €	-22%	28 833,07 €	10%
Financiamentos obtidos	0,00 €	0%	0,00 €	#DIV/0!	0,00 €	0%
Outras contas a pagar	147 716,97 €	52%	18 148,11 €	14%	129 568,86 €	46%
Diferimentos	45 182,95 €	16%	-137 440,53 €	-75%	182 623,48 €	65%
Total	283 130,61 €	100%	-193 894,84 €	-41%	477 025,45 €	100%

1.4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

1.5. Perspetivas para o exercício de 2020

Apesar da conjuntura económica desfavorável, nomeadamente a pandemia provocada pelo COVID-19 que afetaram gravemente a atividade de alimentação e alojamento, importantes fontes de receita dos SAS-IPVC, estamos confiantes que as atividades a desenvolver no futuro permitirão o normal desenvolvimento da atividade da instituição.

1.6. Considerações Finais

Cumpre, ainda, informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações ou perante o Estado e Outros Entes Públicos.

1.7. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dado que o resultado líquido do período foi negativo em 101.581,70 euros, propõem-se que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

Viana do Castelo, 22 de junho 2020

Contabilista Público



O Conselho de Gestão do IPVC,

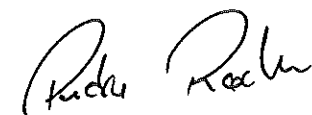
Carla D. Silva



Luís Manuel Cesqueira Borel

O Conselho de gestão dos SAS-IPVC,

Carla D. Silva



2. Demonstrações Financeiras

2.1. Balanço individual em 31 de dezembro de 2019

Entidade: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Balanço individual em 31 de dezembro de 2019

Montante expresso em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2019	31/12/2018 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1/5.2	9 068 995,05	9 199 444,52
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3.1	259 034,82	188 485,63
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimo, bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas / sócios / associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		9 328 029,87	9 387 930,15
Activo corrente			
Inventários	10.1/10.2	14 405,77	16 454,56
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18-A	54 262,40	210 005,63
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18-B	84 257,65	113 442,24
Estado e outros entes públicos			
Acionistas / sócios / associados			
Outras contas a receber	18-C	0,00	1 860,17
Diferimentos	18-D	4 379,00	22 826,99
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1.2 d) e e)	63 920,93	27 604,17
		221 225,76	392 193,76
Total do Activo		9 549 255,62	9 780 123,91
Património Líquido			
Património Líquido			
Património Líquido			
Património / Capital	18-H	495 714,29	495 714,29
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	18-H	8 714 649,11	8 741 145,45
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	18-H	157 343,31	157 343,31
Resultado líquido do período			
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Resultado líquido do período	18-H	-101 581,70	-91 104,69
Total do Património Líquido		9 266 125,01	9 303 098,46
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimento			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Passivo corrente			
Credores por transferência e subsídios não reembolsáveis concedidos	18-G	49 716,70	47 228,17
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18-E	22 455,19	28 833,07
Estado e outros entes públicos			
Acionistas / sócios / associados			
Financiamentos obtidos	18-G	18 058,80	88 771,87
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	18-F	147 716,97	129 568,86
Diferimentos	18-D	45 182,95	182 623,48
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		283 130,61	477 026,45
Total do Passivo		283 130,61	477 026,45
Total do Património Líquido e Passivo		9 549 255,62	9 780 123,91

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

Contabilista Público

Paulo R. A.

O Conselho de Gestão do IPVC,

Paulo R. A.

Paulo R. A.

Paulo R. A.

Jos Manuel Cesqueiro Borralho

Margarida Amieiro

O Conselho de gestão dos SAS-IPVC,

Paulo R. A.

Paulo R. A.

Paulo R. A.

2.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Individual do período findo em 31 de dezembro de 2019

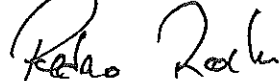
Entidade: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração dos resultados por natureza individual do período findo em 31 de dezembro de 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018 Reexpresso
Impostos, contribuições e taxas	14	35 769,67	36 352,67
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	13	1 262 314,87	1 251 932,12
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	673 897,40	581 308,67
Rendimentos/Gastos imputados entidades controladas, assoc. e empreend. conjuntos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-389 248,48	-410 237,96
Fornecimentos e serviços externos	23-A	-524 423,65	-532 289,46
Gastos com pessoal	19	-883 085,38	-770 601,64
Transferências e subsídios concedidos	23-B	-137 708,72	-102 355,27
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-6 289,83	-9 213,34
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	23-C	46 173,77	43 172,98
Outros gastos e perdas	23-D	-553,50	-3 103,14
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		76 846,16	84 966,63
Gastos / reversões de depreciação e amortização	6.2	-178 427,85	-176 070,22
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-101 581,70	-91 104,59
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-101 581,70	-91 104,59
Imposto sobre os rendimentos			
Resultado líquido do período		-101 581,70	-91 104,59

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

Contabilista Público



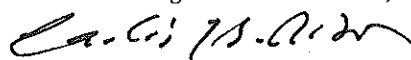
O Conselho de Gestão do IPVC,



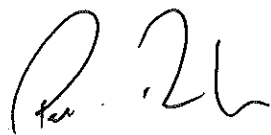




O Conselho de gestão dos SAS-IPVC,







2.3. Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2019

Entidade: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do património Líquido
Posição no início do Período 2019	1	495 714,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8 741 145,45			157 343,31	-91 104,59	9 303 098,46		9 303 098,46
Alterações no período:														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Aplicação de Resultados Líquidos de 2018							-91 104,59							-91 104,59
Transferências e subsídios de capital							64 608,25							64 608,25
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-26 496,34			0,00	91 104,59	64 608,25		91 104,59
Resultado Líquido do Período	3										-101 581,70	-101 581,70		-101 581,70
Resultado Integral	4 = 2 + 3										-10 477,11	-36 973,45		-36 973,45
Operações com detentores de capital no período:														
Realizações de capital / Património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Posição no Fim do Período 2018	5	495 714,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8 714 649,11			157 343,31	-101 581,70	9 286 125,01	0,00	9 286 125,01
Posição no Fim do Período 2019	6 = 1 + 2 + 3 + 5													

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

Contabilista Público

Paulo Roberto
 O Conselho de Gestão do IPVC.
Paulo Roberto
 Luís Manuel Cerveira Bone
 O Conselho de gestão dos SAS-IPVC.
Luís Manuel Cerveira Bone

Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Paulo Roberto

2.4. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019

Entidade: serviços de Acção social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Montante expresso em

Demonstração Individual de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2019

Euros

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		93 782,35	75 401,02
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes		1 164 487,12	1 198 278,38
Pagamentos a fornecedores		-1 102 785,37	-1 102 857,90
Pagamentos ao pessoal		-848 688,78	-787 108,92
Caixa gerada pelas operações	+/	-693 204,68	-596 285,42
Outros recebimentos / pagamentos		690 384,16	657 493,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	-2 820,62	61 208,37
Fluxos de caixa das actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-127 034,95	-57 952,09
Activos intangíveis	-		
Propriedades de Investimento	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Propriedades de Investimento	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+	166 172,23	
Transferências de capital	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	39 137,28	-57 952,09
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-		
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	38 316,76	3 266,28
Efeito das diferenças de câmbio	+/		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/	27 604,17	24 347,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/	63 920,93	27 604,17
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERENCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		27 604,17	24 347,89
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		27 604,17	24 347,89
De execução orçamental		27 604,17	7 663,69
De operações de tesouraria		0	16684,2
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período		63 920,93	27 604,17
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte		63 920,93	27 604,17
De execução orçamental		63 920,93	27 604,17
De operações de tesouraria			0,00

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

Contabilista Público

Paulo Rocha

O Conselho de Gestão do IPVC,

Carli H. R. 20

Paulo Rocha

2020-06-22

José Manuel Casqueiro Barros

O Conselho de gestão dos SAS-IPVC,

Margarida Amaro

Carli H. R. 20

Paulo Rocha

Paulo Rocha

2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. – Identificação da entidade, período de relato

- a) Designação: Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- b) Endereço: Largo 9 de Abril – Apartado 186 – 4900-339 Viana do Castelo;
- c) Código de Classificação Orgânica:
- 09 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
 - 1 – MEC – Funcionamento - SFA
 - 03 – Estabelecimentos de Ensino Superior e Serviços de Apoio
 - 80 – Instituto Politécnico de Viana do Castelo
 - 00 – Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro: Regime jurídico das instituições de ensino superior, decreto-Lei n.º 129/93 De 22 de Abril, despacho normativo n.º 7/2009: Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, regulamento n.º 292/2010: Regulamento Funcional dos Serviços de Acção social do IPVC.
- f) Designação e sede da entidade que controlo final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas: Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Rua Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo.

1.2. – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

- a) As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.
- b) Considerando que a adoção do SNC-AP ocorreu pela primeira vez no ano de 2018, a informação comparativa relativa ao ano anterior constante das demonstrações financeiras baseia-se em SNC-AP, sendo comparável com a do ano em referência, com exceção do referido na nota seguinte.
- c) Na prestação de contas de 2018, no que respeita às bases de mensuração dos ativos fixos tangíveis, manteve-se o critério de mensuração dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017, nomeadamente, no que respeita à valorização dos edifícios e terrenos.

Aquando da transição do normativo POC-Educação para SNC-AP, os prédios rústicos e urbanos podiam ser mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor, se não existisse informação fiável e atualizada sobre o seu custo ou o custo depreciado. Apesar desta possibilidade de mensuração, em 2018, não foi possível, em tempo útil, aferir o VPT para todos os prédios afetos à atividade operacional dos SAS-IPVC, pelo que se optou por não alterar o critério de mensuração existente relativamente a estes ativos tangíveis.

No decurso de 2019 procedeu-se à regularização desta situação, tendo-se apurado o VPT destes prédios, pelo que os terrenos e edifícios passaram a serem mensurados pelo respetivo VPT, com referência à data de 01/01/2018. Adicionalmente foram reconhecidos nas demonstrações financeiras os prédios rústicos e urbanos afetos ao bar e cantina, da Escola Superior de Ciências Empresariais (Valença) e Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço), utilizados pelo IPVC através de cedência gratuita pelos respetivos Municípios (sendo o potencial de serviço dos SAS). A mensuração destes prédios foi efetuada nos mesmos moldes dos restantes através do apuramento do VPT com referência à data de transição (na proporção das áreas respetivas dos bares e cantinas).

Neste sentido, houve necessidade de se proceder à reexpressão dos comparativos relativamente às seguintes rubricas do balanço - ativos tangíveis, resultados transitados e resultado líquido do período - conforme apresentado no quadro abaixo.

Rubricas reexpressas	Balanço 2018	Ajustamentos			Balanço reexpresso 2018	Impacto da Regularização
		Desreconhecimento	Reconhecimento	Regularizações		
Ativos Fixos Tangíveis	2 588 006,51	- 2 357 704,07	8 969 142,08		9 199 444,52	6 611 438,01
Resultados Transitados	- 311 033,59	- 2 658 917,24	9 063 653,72	2 647 442,56	8 741 145,45	9 052 179,04
Outras variações no património líquido	2 804 785,87			- - 2 647 442,56	157 343,31	- 2 647 442,56
Resultado Líquido do Período	- 297 806,12	301 213,17	- 94 511,64	-	- 91 104,59	206 701,53

d) e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários

Tabela 9 – Desagregação de caixa e depósitos.

Conta	2019	2018
Caixa	2 550,00	2 550,00
Depósitos à ordem	61 370,93	25 054,17
Depósitos à ordem no Tesouro	59 984,25	23 497,72
Depósitos bancários à ordem	1 386,68	1 556,45
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções		
Total de caixa e depósitos	63 920,93	27 604,17

Todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso.

NOTA 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa SAS. Neste sentido, estas demonstrações representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP.

Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no período de 2019 foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, à exceção do critério de mensuração dos edifícios e terrenos, que passaram a ser mensurados pelo VPT nas presentes demonstrações financeiras.

Considerando que esta alteração de critério de mensuração teve subjacente a adoção do SNC-AP pela primeira vez em 2018, procedeu-se à reexpressão dos comparativos para as rubricas do balanço aplicáveis – ativos tangíveis, resultados transitados e resultado líquido do período.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

Compensação

A compensação nas demonstrações financeiras, exceto quando reflita a substância da transação ou de outro acontecimento, retira a capacidade dos utilizadores de compreenderem as transações, outros acontecimentos e condições que ocorreram, e de avaliarem os fluxos de caixa futuros da entidade. Neste sentido, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram compensados, exceto se o mesmo for exigido ou permitido por uma NCP.

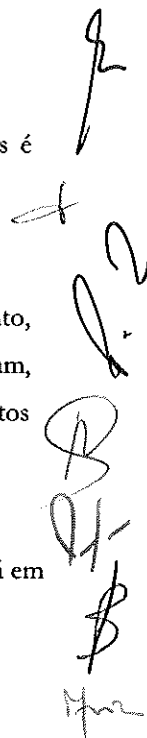
Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o SAS-IPVC continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível.

2.3 Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade das estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas usadas em cada item das presentes demonstrações financeiras, encontram-se detalhadas nas notas abaixo.

NOTA 3 – Ativos intangíveis

A Instituição reconhece ativos intangíveis sempre que seja provável que fluirão para si benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado atribuível ao ativo, e desde que seja possível a sua mensuração com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da Instituição encontram-se mensurados pelo custo, o qual inclui o custo de compra (incluindo impostos não dedutíveis) e qualquer outro custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido.

O valor registado na rubrica de ativos fixos intangíveis respeita a ativo em curso, nomeadamente uma Framework de interoperabilidade de serviços básicos para a comunidade do IPVC, IPB e IPCA, desenvolvida pelas três instituições, tendo sido alvo de candidatura a um projeto cofinanciado por fundos europeus. Esta plataforma constitui-se como a estrutura tecnológica central de todo o projeto, assegurando a capacidade tecnológica de base para interoperar os Sistemas de Informação dos três Serviços de Ação Social, a disponibilização dos diversos serviços de acordo com o conceito multiplataforma e assegurar a autenticação dos utilizadores. A framework constituir-se-á como o FrontOffice de todos os sistemas de informação das entidades envolvidas no projeto. No BackOffice estarão ainda alojadas todas as plataformas e serviços a desenvolver no âmbito do projeto bem como os processos/serviços já existentes em cada um dos serviços de ação social e/ou outros que venham a ser criados no futuro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e imparidades acumuladas foi seguinte:

3.1. – Ativos Intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta	Amortizações	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural								
Ativos intangíveis em curso	188 485,63			188 485,63	259 034,82			259 034,82
Goodwill								
Outros								
Programas de computador e sistemas de informação								
Projetos de desenvolvimento								
Propriedade industrial e intelectual								
Total	188 485,63			188 485,63	259 034,82			259 034,82

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes variações:

3.2. – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural Goodwill Projetos de desenvolvimento Programas de computador e sistemas de informação Propriedade Industrial e Intelectual Outros										
Ativos intangíveis em curso	188 485,63	70 549,19								259 034,82
Total	188 485,63	70 549,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259 034,82

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes adições:

3.2.A – Ativos intangíveis – adições

Rúbricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural Goodwill Projetos de desenvolvimento Programas de computador e sistemas de informação Propriedade Industrial e Intelectual Outros										
Ativos intangíveis em curso		70 549,19								70 549,19
Total		70 549,19								70 549,19

3.2B – Ativos intangíveis – diminuições

O quadro 3.2B não consta no presente anexo, uma vez que nele não consta qualquer informação.

NOTA 5 – Ativos fixos tangíveis

No que respeita às bases de mensuração dos ativos fixos tangíveis, manteve-se o critério de valorização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017. Para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2018, e para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta dos bens considerou-se como critério de mensuração o custo de aquisição destes bens.

Método de depreciação usado e vidas úteis/taxas de depreciação

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, tendo sido utilizado o método da linha reta.

Os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017 continuaram a ser depreciados com base nas taxas de depreciação previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que aprovou o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Os bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2018 foram depreciados considerando a vida útil de referência definida no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, publicado na Portaria n.º 198/2016, de 14 de julho, que aprova as notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional.

Esta Portaria estabelece que “(...)os bens duradouros (que se destinam a permanecer ao serviço da entidade por períodos superiores a 1 ano), não destinados a venda, são em regra registados na Classe 4, exceto os que tenham valores individuais inferiores a (euro) 100 e sejam enquadráveis nas subcontas da conta 62(...)”.

Esta contabilização como gasto iria abranger muitas aquisições de bens duradouros que eram anteriormente inventariadas no âmbito da aplicação do POC-Educação, tais como, material de ensino, material informático ou mobiliário. Neste sentido, considerou-se que o controlo destes ativos é relevante, tendo-se optado por continuar a inventariar estes bens, derogando o exposto nas notas de enquadramento referido no parágrafo anterior e tendo sido seguido o seguinte procedimento de contabilização:

* Contabilização destes bens na classe 4 procedendo-se à sua inventariação;

* Depreciação a 100% no ano da aquisição destes bens.

O efeito contabilístico destes registos nas demonstrações financeiras é equivalente ao indicado na nota explicativa da conta 62 e, desta forma, continua-se a garantir o controlo destes ativos através da sua inventariação.

No que respeita à análise dos ativos tangíveis, o SNC-AP estabelece que estes cumprem os critérios de reconhecimento se:

- For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;
- O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, de acordo com a tabela 10:

Tabela 10 – Taxas de depreciações.

Rubrica	Vida útil	Taxas
Bens de domínio público	0	100%
Edifícios e Outras Construções	50 anos	2%
Equipamento básico	4 a 8 anos	12,5% a 25%
Equipamento de transporte	8 anos	12,5%
Equipamento Administrativo	4 a 8 anos	12,5% a 25%
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	12,5% a 50%

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos/gastos operacionais”

O edifício do Centro Académico é um edifício centenário, construídos em alvenaria de pedra granítica. As caixilharias dos vãos envidraçados são em madeira envernizada e as coberturas são inclinadas em estrutura de madeira revestida a telha cerâmica, os revestimentos interiores das paredes são estucados e pintados a tinta plástica, e os pavimentos são revestidos a madeira, pedra natural ou material cerâmico. Face a esta caracterização, a vida útil estimada para este edifício foi de 100

anos;

Prevendo o SNC-AP a possibilidade dos prédios rústicos e urbanos serem mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, no decurso de 2019 procedeu-se à regularização desta situação, tendo-se apurado o VPT destes prédios, pelo que os terrenos e edifícios passaram a serem mensurados pelo respetivo VPT, com referência à data de 01/01/2018

Bases de mensuração edifícios e terrenos

As presentes demonstrações financeiras mensuram os edifícios e terrenos afetos à atividade do IPVC pelo respetivo VPT, apurado no decurso de 2019 mas com referência à data de 01/01/2018, uma vez que esta alteração de critério de mensuração tem subjacente as políticas contabilísticas previstas no SNC-AP, quando aplicado pela primeira vez em 2018. Neste sentido, foram efetuados os ajustamentos de regularização por contrapartida da conta específica de ajustamentos de transição para SNC-AP.

Indica-se abaixo a metodologia de trabalho adotada no âmbito do apuramento do VPT de todos os edifícios e terrenos do IPVC:

a) Apuramento do VPT de todos os prédios rústicos e urbanos:

Na fase inicial procedeu-se ao apuramento do VPT de todos os prédios rústicos e urbanos afetos à atividade do IPVC, como grupo público, ou seja, não se diferenciando a atividade desenvolvida pelo IPVC da atividade desenvolvida pelos Serviços de Ação Social deste Instituto. Apresenta-se abaixo a forma de apuramento verificada para os Serviços Centrais e cada uma das unidades orgânicas do IPVC.

- **Serviços Centrais (SC):**
O edifício dos SC não se encontra titulado em nome do Instituto Politécnico de Viana do Castelo pelo que não foi possível consultar o respetivo VPT através do portal da Autoridade Tributária (AT). Neste sentido, recorreu-se ao simulador disponibilizado pela AT para proceder ao cálculo do respetivo VPT, introduzindo-se as variáveis solicitadas, de forma individualizada para as seguintes áreas – edifício principal, arquivo e garagem, e auditório e centro de produção. O VPT apurado foi reajustado de forma a refletir o valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018 e que corresponde ao montante de 603 euros;
- **Escola Superior de Educação (ESE):**
Através da caderneta predial da ESE, titulada em nome do Ministério da Educação, foi possível consultar o VPT do artigo matricial, tendo o mesmo sido ajustado em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.
- **Escola Superior Agrária (ESA):**
Foram consultados os VPT de todos os prédios rústicos e urbanos disponíveis na AT, tendo os mesmos sido ajustados em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.
- **Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG):**

Foram consultados os VPT de todos os prédios rústicos e urbanos disponíveis na AT, tendo os mesmos sido ajustados em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- Escola Superior de Saúde (ESS):

Foi consultado o VPT do prédio urbano disponível na AT, tendo o mesmo sido ajustado em função do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- Escola Superior de Ciências Empresarias (ESCE):

A imóvel afeto à ESCE encontra-se titulado em nome do Município de Valença e foi cedido a este Instituto a título de empréstimo gratuito, por um período de 50 anos. Não tendo sido possível consultar o respetivo VPT, recorreu-se ao simulador disponibilizado pela AT para proceder ao cálculo do VPT, introduzindo-se as variáveis solicitadas e reajustando o valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL):

Relativamente ao imóvel afeto à ESDL, o mesmo foi cedido ao IPVC, a título gratuito, pelo Município de Melgaço e por um período de 50 anos. Tendo este Município remetido a caderneta predial relativamente ao respetivo prédio urbano, procedeu-se à atualização do VPT reajustando apenas o valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

- Convento de São Francisco do Monte:

Relativamente a este convento, foram consultados todos os artigos matriciais disponíveis no portal da AT, tendo-se apurado os VPT dos prédios urbanos após efetuado o ajustamento do valor base dos prédios edificados com referência ao ano de 2018.

b) Reconhecimento dos ativos no IPVC e nos SAS:

Considerando os critérios de reconhecimento de ativos tangíveis constantes da NCP n.º 5, entendeu-se que os edifícios e terrenos afetos à atividade operacional dos SAS, na medida em que contribuem para o seu potencial de serviço, deveriam ficar contabilizados nas demonstrações financeiras desta entidade, seguindo-se o princípio da substância sob a forma.

Neste sentido, e partindo dos VPT apurados anteriormente, efetuou-se uma distribuição destes VPT de forma proporcional entre IPVC e SAS, em função da área de construção afeta à atividade de cada instituição. Para efeitos de apuramento da área de construção afeta à atividade dos SAS, foram consideradas as áreas dos seguintes espaços – bares, cantinas e residências.

c) Apuramento da valorização relativa a edifícios e terrenos:

Conforme previsto no classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento - no caso dos prédios urbanos relativos a imóveis, considerou-se que o valor do terreno correspondia a 25% do valor global do VPT, tendo sido os restantes 75% contabilizados em edifícios.

Apresenta-se no quadro abaixo, a valorização final apurada para os prédios afetos aos SAS:

SAS	VPT	Terreno	Edifício
Residência ESE + bar e cantina ESE	1 158 331,84	289 582,96	868 748,88
Residência ESA + bar e cantina ESA	1 055 282,27	263 820,57	791 461,70
Edifício CA	5 525 754,73	1 381 438,68	4 144 316,05
Bar e cantina ESTG	801 779,43	200 444,86	601 334,58
Bar e cantina ESS	241 659,98	60 414,99	181 244,98
Bar e cantina ESCE	133 370,00	33 342,50	100 027,50
Bar e cantina ESDL	147 475,47	36 868,87	110 606,60
TOTAL	9 063 653,73	2 285 913,43	6 797 740,30

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e imparidades acumuladas foi seguinte:

5.1. – Ativos fixos tangíveis – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Ajustamentos de transição e transferências	Quantia Escriturada
Ativos fixos em concessão								
Património histórico artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Bens de domínio público								
património histórico artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico artístico e cultural	1 902,67	835,24		1 067,43	1 902,67	835,24		1 067,43
Outros								
Bens de domínio público em curso	1 902,67	835,24		1 067,43	1 902,67			1 067,43
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 265 913,43			2 265 913,43	2 265 913,43			2 265 913,43
Edifícios e outras construções	6 797 740,29	94 511,64		6 703 228,65	6 797 740,29	189 023,28		6 608 717,01
Equipamento básico	660 630,24	557 459,91		103 170,33	654 785,90	585 265,96		69 519,94
Equipamento de transporte	23 368,89	7 789,63		15 579,26	23 368,89	10 710,74		12 658,15
Equipamento administrativo	153 562,84	132 679,13		20 883,71	183 566,47	143 889,76		39 676,71
Equipamentos biológicos								0,00
Outros	390 925,63	301 323,92		89 601,71	393 969,53	32 252,75		71 442,38
Ativos fixos tangíveis em curso								
	10 292 141,32	1 093 764,23		9 198 377,09	10 319 344,51	1 251 416,89	0,00	9 067 927,62
Total	10 294 043,99	1 094 599,47		9 199 444,52	10 321 247,18	1 252 252,13	0,00	9 068 995,05

Handwritten signatures and initials on the right margin of the table.

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes variações:

5.2. – Ativos fixos tangíveis – Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia		Variações							Quantia	
	Escriturada Inicial		Adições	Ajustamentos SNC-AP	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Escriturada Final
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico artístico e cultural	1 067,43										1 067,43
Outros											
Bens de domínio público em curso											
	1 067,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 067,43
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		999 000,00									999 000,00
Edifícios e outras construções	11 474,68	143 402,31	1 505 040,25				-301 213,17				1 358 704,07
Equipamento básico	135 157,88	16 059,49	-42,00				-48 005,04				103 170,33
Equipamento de transporte	18 500,37						-2 921,11				15 579,26
Equipamento administrativo	14 924,97	16 508,29					-10 549,55				20 883,71
Equipamentos biológicos											0,00
Outros	109 214,93	469,66					-20 082,88				89 601,71
Ativos fixos tangíveis em curso											
	289 272,83	1 175 439,75	1 504 998,25	0,00	0,00	0,00	-382 771,75	0,00	0,00	0,00	2 588 939,08
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	290 340,26	1 175 439,75	1 504 998,25	0,00	0,00	0,00	-382 771,75	0,00	0,00	0,00	2 588 006,51

R
R. P. C.
M. J.
M. J.

Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes adições:

5.2 A – Ativos fixos tangíveis – adições

Rúbricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Ajustamentos SNC-AP	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Terrenos e recursos naturais										
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros ativos fixos tangíveis				999 000,00						999 000,00
Ativos fixos em concessão em curso										
Ativos fixos em concessão										
Equipamento básico										
Outros ativos fixos tangíveis		16 059,49								16 059,49
Equipamento de transporte										
Outros ativos fixos tangíveis										
Equipamento administrativo										
Outros ativos fixos tangíveis		16 508,29								16 508,29
Equipamentos biológicos										
Outros ativos fixos tangíveis										
Ativos fixos tangíveis em curso										
Outros ativos fixos tangíveis										
Edifícios e outras construções										
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros ativos fixos tangíveis				1 505 040,25						1 505 040,25
Infraestruturas										
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Património histórico artístico e cultural										
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros										
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Outros ativos fixos tangíveis		469,66								469,66
Bens de domínio público em curso										
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural										
Total	0,00	33 037,44	0,00	2 504 040,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 537 077,69

[Handwritten signature and initials]

NOTA 9 - Imparidade de ativos

Um ativo encontra-se em imparidade quando existe uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Ativos geradores de caixa são ativos detidos para gerarem um retorno económico, ou seja, para gerarem fluxos de caixa. Ativos não geradores de caixa são ativos que não são ativos geradores de caixa.

Num ativo gerador de caixa a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou no potencial de serviço incorporado nesse ativo para a Instituição que o controla. Num ativo não gerador de caixa a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a Instituição que o controla.

À data de cada relato, a Instituição avalia se existe algum indício de que um ativo possa estar com imparidade, se existir qualquer indício estima a quantia recuperável do ativo (ativos geradores de caixa) ou, do serviço do ativo (ativos não geradores de caixa).

Um ativo gerador de caixa está em imparidade quando a quantia escriturada do ativo excede a sua quantia recuperável.

Um ativo não gerador de caixa está em imparidade quando a quantia escriturada do ativo excede a quantia recuperável de serviço.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável do ativo ou do serviço do ativo, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a maior quantia entre o justo valor de um ativo (unidade geradora de caixa) menos custos de vender e o seu valor de uso.

A quantia recuperável de serviço é a maior quantia entre o justo valor de um ativo (não gerador de caixa) menos custos de vender e o seu valor de uso.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

Ativo	31/12/2018	Aumentos	Diminuições	31/12/2019
Clientes de cobrança duvidosa	-	6 372,37	282,50	6 089,87
Utentes de cobrança duvidosa	9 337,34	3 294,51	3 094,55	9 537,30
Total	9 337,34	9 666,88	3 377,05	15 627,17

A imparidade de 2019 relativa a clientes de cobrança duvidosa foi reconhecida para a totalidade dos clientes que possuíam saldos devedores há mais do que um ano económico, ou seja, cuja faturação tinha sido emitida até 31/12/2019.

NOTA 10 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os custos de transporte e de manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. O SAS adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

Os inventários do SAS englobam os bens alimentares adquiridos para a prossecução da prestação de serviços de

[Handwritten signatures and initials]

alimentação, no âmbito da sua ação social.

10.1 – Inventários

Rúbricas (1)	2019			2018		
	Quantia Bruta (2)	Imparidades Acumuladas (3)	Quantia Recuperável (4)=(2)-(3)	Quantia Bruta (2)	Imparidades Acumuladas (3)	Quantia Recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14 405,77		14 405,77	16 454,56		16 454,56
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Total	14 405,77		14 405,77	16 454,56		16 454,56

10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Movimentos do Período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/ Gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidades (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 454,56	387 199,69	389 248,48						14 405,77
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	16 454,56	387 199,69	389 248,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 405,77

NOTA 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Conforme previsto na NCP 13 os rendimentos com contraprestação são reconhecidos quando for provável que fluam para a Instituição benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das Vendas é reconhecido na demonstração dos resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

O rendimento das Prestações de Serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviço à data do balanço.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço.

Os rendimentos de transações com contraprestação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, têm a seguinte decomposição, tendo sido mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Conta	Descrição	Ano 2019	Ano 2018
72	Prestações de serviços e concessões	1 262 314,87	1 251 932,12
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 262 314,87	1 251 924,12
72081	Alimentação e alojamento	1 262 134,87	1 249 179,12
720811	Serviços de Alimentação	856 380,46	864 698,88
7208111	Serviços de Alimentação - Alunos	788 741,50	773 332,82
7208112	Serviços de Alimentação - Terceiros	67 638,96	91 366,06
720812	Serviços de alojamento	405 754,41	384 480,24
7208121	Serviços de alojamento - Aluno	393 023,36	375 942,23
7208122	Serviços de alojamento - Terceiros	12 731,05	8 538,01
72083	Recintos desportivos	180	2 745,00
7299	Outros serviços	0	8

NOTA 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

Conforme previsto na NCP 14, em algumas transações sem contraprestação, uma entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição ou dá apenas uma retribuição simbólica. Existem igualmente outras transações sem contraprestação em que a entidade pode proporcionar alguma retribuição diretamente como contrapartida dos serviços recebidos. A determinação da substância de uma transação com ou sem contraprestação requer julgamento.

O rendimento associado a uma transação sem contraprestação, compreende os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pela entidade, o qual representa um incremento no património líquido.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo, ou seja, o rendimento compreende fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pela Instituição que relata.

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela Instituição.

A Instituição reconhece um ativo relativo a impostos quando um acontecimento tributável ocorrer e os critérios de reconhecimento do ativo forem satisfeitos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação relativos ao exercício de 2019 respeitam a impostos, contribuições e taxas, transferências correntes e subsídios.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, têm a seguinte decomposição na demonstração dos resultados:

Impostos, contribuições e taxas

Conta	Descrição	Ano 2019	Ano 2018
70	Impostos, contribuições e taxas	35 769,67	36 352,67
704	Taxas, multas e outras penalidades	35 769,67	36 352,67
7041	Taxas	35 769,67	36 352,67
704199	Outras	35 769,67	36 352,67
7041991	Seguro Escolar	35 769,67	36 352,67

O valor inscrito na rubrica de impostos e taxas refere-se na sua totalidade ao valor do seguro escolar cobrado aos alunos inscritos no IPVC.

Transferências e subsídios correntes

Conta	Descrição	Ano 2019	Ano 2018
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	673 897,40	581 308,67
752	Subsídios correntes obtidos	673 897,40	581 308,67
7522	Subsídio à produção	673 897,40	581 308,67
75221	Transferências e subsídios correntes obtidos do IPVC	206 400,00	158 428,30
75222	Transferências e subsídios correntes obtidos - MECTS	455 000,00	395 000,00
75224	Transferências e subsídios correntes obtidos - CMVC	12 497,40	27 880,37

As transferências e subsídios correntes respeitam às transferências do Orçamento de Estado, a transferências efetuadas pelo IPVC e transferências relativas a projetos cofinanciados.

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. As provisões devem ser revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial no serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Um passivo contingente deve ser divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Um ativo contingente deve ser divulgado quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço. Não existem divulgações a efetuar.

NOTA 17 – Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão 22/06/2020 – pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18 – Instrumentos Financeiros

Conforme a NCP 18, a Instituição deve reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando a Instituição se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- i. Dinheiro;
- ii. Um instrumento de capital próprio de uma outra Instituição;
- iii. Um direito contratual;
- iv. De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra Instituição;
- v. De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a Instituição;

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- i. Uma obrigação contratual;
- ii. Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma entidade;
- iii. Para trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis; ou
- iv. Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade

A Instituição reconhece inicialmente os seus ativos e passivos financeiros, pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, a Instituição mensura, em cada data de relato, todos os ativos e passivos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em cada data de relato, a Instituição avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Instituição reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A Instituição desreconhece um ativo financeiro apenas quando:

- i. Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- ii. A Instituição transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro;

A Instituição desreconhece um passivo financeiro apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2019 as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme se segue:

A) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na conta de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos à data de 31 de dezembro de 2019. O maior valor deste saldo diz respeito financiamento aprovado relativo ao projeto SAMA.

Conta	Descrição	2019	2018
201	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	54 262,40	210 005,63
201000067	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Transferências	5 479	
201001573	Banco Santander Totta	4 950	
201013000	IFDR - SAMA-APNOR	43 833,4	210 005,63

B) Cientes, contribuintes e utentes

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na conta de clientes, contribuintes e utentes à data de 31 de dezembro de 2019:

Conta	Descrição	2019	2018
211	Cliente C/C	36 420,82	84 257,65
214	Utentes	47 836,83	
	total	8 6276,65	84 257,65

O saldo desta conta não apresenta uma variação significativa entre 2018 e 2019, o saldo relativo a utentes refere-se em grande medida a dívidas dos alunos alojados nas residências dos SAS.

C) Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2019 não havia saldo em outras contas a receber.

Conta	Descrição	2019	2018
221	Fornecedores saldos devedores	0	277,61
27219	Outros acréscimos de rendimentos	0	505,56
2789199	Outros devedores - outros (conta de movimento)	0	1 077,00
	TOTAL	0	1 860,17

D) Diferimentos

Os diferimentos no montante de 4.379,00 Euros respeitam ao diferimento do valor do seguro escolar do ano letivo 2019/2020.

Diferimentos (Ativo)	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguro escolar	4 379,00	22 826,99
TOTAL	4 379,00	22 826,99

A rubrica dos diferimentos do passivo engloba os rendimentos a reconhecer relativamente a projetos cofinanciados no total de 45.182,95 euros, assim como, os rendimentos a reconhecer relativamente ao seguro escolar, bolsas atribuídas por outras entidades, e as receitas de alimentação.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na rubrica de diferimentos - passivo à data de 31 de dezembro de 2019:

Diferimentos (Passivo)	2019	2018
Rendimento a Reconhecer		
Transferências e subsídios correntes	2 895,79	69 015,96
Transferências e subsídios capital	0,00	29 139,30
Seguro escolar	25 833,33	23 930,00
Bolsas outras entidades	3 300,00	4 950,00
Receita Alojamento	13 153,83	45 469,99
Receita Alimentação	0,00	10 118,23
TOTAL	45 182,95	182 623,48

E) Estado e outros entes públicos

A dívida ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2019 era de 22 455,19 €.

Esta dívida encontra-se no quadro abaixo e respeita exclusivamente a descontos de vencimentos e retenções na fonte de trabalhadores independentes do mês de dezembro a pagar no mês de janeiro de 2020.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas rubricas de Estado e outros entes públicos à data de 31 de dezembro de 2019:

	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
	0,00	0,00
Passivo		
Retenções Impostos sobre o Rendimento	3 179	2 767,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	607,84	11 959,09
Segurança Social	16 788,04	11 160,24
Caixa geral de aposentações	1 880,31	2 946,74
	22 455,19	28 833,07

O SAS-IPVC não possui dívidas em mora ao Estado ou outras instituições públicas (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE) relativamente a descontos e retenções efetuados no âmbito do processamento de remunerações.

F) Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos reconhecido relativamente ao subsídio de férias previsional a pagar em 2020 (e respetivos encargos) e férias vencidas a 01/01/2020, no montante de 105.271,65 euros. Os outros acréscimos de gastos referem-se em grande parte aos valores a pagar à Movijovem relativo a despesas com o alojamento em 2019.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a pagar à data de 31 de dezembro de 2019:

Conta	Descrição	2019	2018
27221	Remunerações a Liquidar	120 087,54	105 271,65
27229	Outros acréscimos de gastos	27 629,43	24 297,21
	TOTAL	147 716,97	129 568,86

G) Fornecedores e Fornecedores de investimento

A rubrica de fornecedores encontrava-se em 31 de dezembro de 2019 repartida da seguinte forma:

	2019	2018
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	49 716,70	46 950,56
Fornecedores de investimento	18 058,80	88 771,87
TOTAL	67 775,50	135 722,43

H) Património Líquido

Abaixo encontram-se discriminados os movimentos ocorridos durante o período de 2019:

Fundos próprios	2019	movimentos débito	movimentos a crédito	2018
Património	495 714,29	0,00		495 714,29
Reservas	0,00	0,00		0,00
Resultados Transitados	8 714 649,11	121 755,81	95 259,47	8 741 145,45
Outras variações no património líquido	157 343,31	0,00		157 343,31
Resultado Líquido do período	-101 581,70	10 477,11		-91 104,59

Total	9 266 125,01	132 232,92	95 259,47	9 303 098,46
-------	--------------	------------	-----------	--------------

As alterações no património líquido deve-se à aplicação do resultado líquido do exercício de 2018 no montante de -91.104,59 €, à imputação de subsídios ao investimento a rendimentos correspondente ao valor das depreciações no montante de 30.651,22 € e ao reconhecimento da execução financeira do projeto fi@SAS através da regularização da respetiva conta de passivo no montante de 95259,47 €.

NOTA 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

Todo o pessoal ao serviço da Instituição foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com pessoal relativos a 2019 totalizaram 883.085,38 € euros, apresentando-se abaixo a respetiva desagregação subconta:

	31.12.2019	31.12.2018
Gastos com Pessoal		
Remunerações Órgãos sociais		
Remunerações Pessoal	716 538,94	631 153,81
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	155 345,64	135 237,31
Acidentes no trabalho e doenças	5 455,90	3 186,24
Outros gastos com pessoal	5 744,90	38,75
Outros encargos sociais	0,00	985,53
	<u>883 085,38</u>	<u>770 601,64</u>

A 31 de Dezembro de 2019 os SAS-IPVC tinham 64 funcionários.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

NOTA 20 – Divulgações de partes relacionadas

Os termos e condições associados a transações com partes relacionadas não diferem dos normalmente associados a transações semelhantes com partes não relacionadas. Os SAS-IPVC são uma unidade funcional do IPVC, pelo que se considera uma entidade relacionada.

No quadro a seguir apresentado encontram-se refletidos os saldos devedores e credores relativos às transações efetuadas com os Serviços de Ação Social, assim como, os respetivos valores acumulados para cada uma das contas indicadas.

		Saldo inicial	Movimentos débito	Movimentos Credito	Saldo final
211000067	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Serviços Centrais	10 636,44	31 877,24	31 421,09	11 092,59
221000067	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Serviços Centrais	1 927,35	7 786,97	6 793,50	933,88
201000067	Outros devedores - outros (conta de movimento)	0	239 671,00	239 671,00	0

Em 31 de dezembro de 2019 o Pessoal Chave de Gestão e membros próximos da família era composto por:

Os membros que compõem o Conselho de Gestão do IPVC, à data do fecho contabilístico, são os seguintes:

- Carlos Manuel da Silva Rodrigues, Presidente;
- Ana Paula Moreira Rodrigues do Vale, Vice-Presidente;
- César Augusto Araújo Fernandes Meira de Sá, Diretor da Escola Superior de Educação;
- Maria Isabel Valín Sanjiao, Diretora da Escola Superior Agrária;
- Margarida Cancela de Amorim Henriques Pereira, Administradora do IPVC.

Os membros que compõem o Conselho de Gestão dos SAS-IPVC, à data do fecho contabilístico, são os seguintes:

- Carlos Manuel da Silva Rodrigues, Presidente;
- José Luís da Rocha Ceia, Administrador;
- Pedro Gonçalves da Rocha, Responsável da Área Financeira.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top, followed by several smaller initials and signatures, and the name 'M. Ceia' at the bottom.

NOTA 23 - Divulgações relacionadas com a Demonstração de Resultados por Natureza**A) Fornecimentos e serviços externos**

Encontram-se abaixo discriminados os fornecimentos e serviços externos reconhecidos à data de 31 de dezembro de 2019, e respetivos comparativos:

Fornecimentos e Serviços Externos		2019	2018
Subcontratos e concessões de serviços			
62141	Serviços de Atendimento e limpeza p/cantina e bar	158 044,67	177 415,81
62142	Serviços de Limpeza de Residências e tratamento de roupa	29 401,83	15 630,82
62143	Serviços de Controlo de Pragas	5 302,93	4 797,36
62144	Protocolo Movijovem Pousadas de Juventude	16 980,01	0
62191	Serviços de Manutenção	18 419,89	9 289,56
Serviços especializados			
62212	Projetos e serviços de informática	8 736,34	2 829
62219	Outros trabalhos especializados	3 854,37	-1 043,85
6222	Publicidade, comunicação e imagem	897,18	4 319,27
6223	Vigilância e segurança	30 858,71	28 543,93
Honorários			
62249	Outros honorários	18 343,17	18 072,63
Comissões			
62252	De outras cobranças	1 294,79	1 016,43
Conservação e reparação			
622611	Conservação e reparação de ativos fixos - Edifícios	11 159,99	10 071,18
622612	Conservação e reparação de ativos fixos - Viaturas	1 569,2	2 555,57
622613	Conservação e reparação de ativos fixos - Equipamento básico	10 640,16	15 941,73
Materiais de consumo			
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 181,03	18 216,21
6233	Material de escritório	1 576	1 052,6
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação		115
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	25 427,89	24 291,71
6237	Medicamentos e artigos para a saúde	752,53	586,22
6239	Outros materiais	6 238,19	10 310,09
Energia e fluidos			
6241	Eletricidade	26 272,14	22 447,31
6242	Combustíveis e lubrificantes	89 271,21	86 265,5
6243	Água	37 247,74	30 027,57
Deslocações, estadas e transportes			
6251	Deslocações, estadas e transportes		
6251	Deslocações e estadas	2 172,43	6 613,84
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	437,32	984,86
6254	Transporte escolar	2 016	4 348,26
Serviços diversos			
62621	Serviços diversos		
62621	Comunicações - correspondência	1 046,74	1 036,9
62622	Comunicações Móveis	285,81	968,15
6263	Seguros	6 882,71	6 989,06
6266	Despesas de representação dos serviços	625	803,7
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 644,35	18 520,9
6269	Outros serviços	-154,68	9 272,14
		524 423,65	532 289,46

B) Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos relativos a 2019 totalizaram 137.708,72 euros, apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta:

	31.12.2019	31.12.2018
Transferências e subsídios concedidos		
Bolsas de apoio social	30 365,32	49 367,52
Estágios financiados por outras entidades	9 900,00	5 157,00
Federação Académica do IPVC	75 400,00	39 989,00
Outras Associações	22 043,40	7 841,75
	<u>137 708,72</u>	<u>102 355,27</u>

C) Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos que totaliza a 31 de dezembro de 2019 o montante de 46.173,77 euros respeita, essencialmente, ao rendimento de imputação de subsídios e transferências para investimentos decorrentes da execução financeira de projetos cofinanciados e aos rendimentos obtidos através de Mecenato.

	31.12.2019	31.12.2018
Outros rendimentos e ganhos		
Mecenato	14 000,00	17.484,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	30 651,22	25.434,58
Protocolo Camara Municipal Viana do Castelo	0,00	0,00
Outros	1 522,55	254,40
	<u>46 173,77</u>	<u>43.172,98</u>

D) Outros gastos e perdas

O total da rubrica de outros gastos e perdas ascendeu, à data de 31 de dezembro de 2019, a 553,50 € euros, conforme informação discriminada abaixo.

	31.12.2019	31.12.2018
Gastos e perdas em investimentos financeiros	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Outros gastos e perdas		
Impostos e taxas		
Correções de exercícios anteriores		
Quotizações	553,50	3 103,14
Outros		
	<u>553,50</u>	<u>3 103,14</u>

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Outras Informações

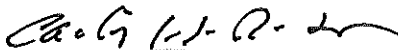
No ano de 2019 não foi possível aplicar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na medida em que, por um lado, não foi possível alocar recursos humanos, com os conhecimentos técnicos especializados necessários, a esta área de atuação, e por outro lado, não foram disponibilizadas pela software house todas as funcionalidades necessárias à aplicabilidade da referida norma.

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

Contabilista Público

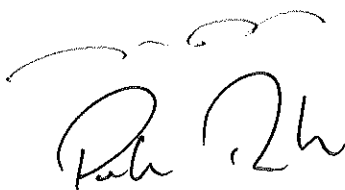
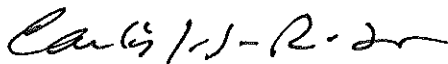


O Conselho de Gestão do IPVC,



Manuel Cesqueiro Barros

O Conselho de gestão dos SAS-IPVC,



[Handwritten signatures and initials]

3. Demonstrações Orçamentais

3.1. Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	PONTES DE FINANCIAMENTO (a)					N-1	TOTAL	RUBRICA	Pagamentos	PONTES DE FINANCIAMENTO (a)					TOTAL	N-1
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS					RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior																
	Operações orçamentais [1]	12 473,15	19 948,87	4 181,17		7 663,69	27 664,17										
	Restituição do saldo oper. orçamentais																
	Operações de tesouraria [A]						8 684,20										
	Receita corrente																
R1	Receita fiscal																
R2	Impostos diretos																
R3	Impostos indiretos																
R4	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde																
R5	Taxas, multas e outras penalidades																
R6	Recadamentos de propriedade																
R7	Receitas de atividades económicas																
R8	Transações e subsídios correntes																
R9	Transações correntes																
R10	Transações Públicas																
R11	Administração Central - Estado Português		455 006,00			395 000,00	455 006,00										
R12	Administração Central - Estado Português	204 400,00				68 428,30	204 400,00										
R13	Administração Central - Outras entidades																
R14	Segurança Social																
R15	Administração Regional																
R16	Administração Local																
R17	Exterior - UE																
R18	Outras	47 768,40		166 172,23		96 749,62	166 172,23										
R19	Subsídios Correntes																
R20	Venda de bens e serviços	1 255 201,58				1 255 201,58	1 255 201,58										
R21	Outras receitas correntes	8 929,32				8 929,32	8 929,32										
	Receita de capital																
R22	Venda de bens de investimento																
R23	Transações e subsídios de Capital																
R24	Transações de Capital																
R25	Administrações Públicas																
R26	Administração Central - Estado Português																
R27	Administração Central - Outras entidades																
R28	Segurança Social																
R29	Administração Regional																
R30	Administração Local																
R31	Exterior - UE																
R32	Outras																
R33	Subsídios de capital																
R34	Outras receitas de capital																
R35	Reposição das ajudas aos pagamentos																
	Receita efetiva [2]							1 516 299,30	455 006,00	166 172,23		2 137 471,53	1 939 526,01				
	Receita não efetiva [3]																
R36	Receita com ativos financeiros																
R37	Receita com passivos financeiros																
	Somos [4] = [1] + [2] + [3]							1 528 773,43	465 948,87	170 353,40		2 165 075,70	1 967 927,70				
	Operações de tesouraria [B]																
	Saldo de gerência anterior																
	Operações de tesouraria [C]																
	Saldo para a gerência seguinte																
	Operações orçamentais [D] = [A] + [B]							48 886,65	9 112,89	5 721,39		63 920,93	28 604,17				
	Operações de tesouraria [E] = [A] + [B] + [C]							36 412,52	1 635,98	1 540,22		36 367,66	19 940,48				
	Despesa primária																
	Saldo corrente																
	Saldo de capital																
	Saldo primário																
	Receita total [1] + [2] + [3]							1 528 773,43	465 948,87	170 353,40		2 165 075,70	1 967 927,70				
	Despesa total [5] + [6]							1 479 886,78	456 635,98	164 632,01		2 101 154,77	1 939 888,53				

Serviços de Apoio Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

3.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas (1)	Recetas por cobrar de períodos anteriores (2)	Recetas líquidas (3)	Liquidações anuladas (4)	Recetas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições			Recetas cobradas líquidas			Recetas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental		
							Emisões (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)-(8)-(9)	Período anterior (12)=(8)/(10)×100		Período corrente (13)=(9)/(10)×100		
	Receita corrente															
R1	Receita fiscal															
R11	Impostos diretos															
R12	Impostos indiretos															
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde															
R3	Taxas, multas e outras penalidades															
R4	Rendimentos de propriedade															
R5	Transferências e subsídios correntes															
R51	Transferências correntes															
R511	Transferências Públicas															
R5111	Administração Central - Estado Português	455 000,00	0,00	455 000,00	0,00	455 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	455 000,00	455 000,00	106 200,10	100%		
R5112	Administração Central - Outras entidades	204 400,00	0,00	204 400,00	0,00	204 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204 400,00	204 400,00	6 966,00	99%		
R5113	Separação Social															
R5114	Administração Regional															
R5115	Administração Local															
R512	Exterior - UE	213 855,00	0,00	166 172,23	0,00	166 172,23	0,00	0,00	0,00	0,00	166 172,23	166 172,23	106 200,10	78%		
R513	Outras	51 060,00	0,00	47 768,40	0,00	47 768,40	0,00	0,00	0,00	0,00	47 768,40	47 768,40	6 966,00	94%		
R52	Subsídios Correntes															
R6	Venda de bens e serviços	1 291 352,00	122 398,24	1 262 262,24	23 258,90	1 261 000,66	5 799,08	5 799,08	108 750,40	1 146 442,18	1 255 201,58	1 255 201,58	106 200,10	89%		
R7	Outras receitas correntes	17 588,00	2 000,00	13 895,32	0,00	8 929,32	0,00	0,00	1 000,00	7 929,32	8 929,32	8 929,32	6 966,00	45%		
	Receita de capital															
R8	Venda de bens de investimento															
R9	Transferências e subsídios de Capital															
R91	Transferências de Capital															
R911	Administração Pública															
R9111	Administração Central - Estado Português															
R9112	Administração Central - Outras entidades															
R9113	Separação Social															
R9114	Administração Regional															
R9115	Administração Local															
R912	Exterior - UE															
R913	Outras															
R92	Subsídios de capital															
R10	Outras receitas de capital															
R11	Reposição não aberta aos pagamentos															
R12	Receita com ativos financeiros															
R13	Receita com passivos financeiros															
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	27 604,00	0,00	27 604,17	0,00	27 604,17	0,00	0,00	0,00	0,00	27 604,17	27 604,17	113 166,10	100%		
	Total	2 262 861,00	124 298,24	2 177 102,36	23 258,90	2 170 875,78	5 799,08	5 799,08	109 750,40	2 055 316,30	2 165 075,70	2 165 075,70	113 166,10	91%		






3.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por períodos anteriores (1)	Dotações consignadas (2)	Cargos/descontos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de retenções			Compromissos a transferir (9)=(4)-(6)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(7)×100	Período corrente (12)=(7)/(7)×100
	Despesa corrente												
D1	Despesas com o pessoal	7 223,53	695 518,00		694 704,63	694 704,63	7 223,53	685 616,16	0,00	9 088,47	1%	98%	
D11	Remunerações Correntes e Permanentes	0,00	13 000,00		12 995,45	12 995,45	0,00	12 995,45	0,00	0,00	0	100%	
D12	Alugares Variáveis ou Eventuais	7 227,60	172 163,00		167 635,14	167 635,14	7 227,60	154 878,46	0,00	12 776,28	4%	86%	
D13	Segurança social	0,00	1 146 795,00		1 108 243,40	1 088 558,30	92 687,45	1 032 823,00	19 685,10	55 735,30	8%	82%	
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	1 303,00		1 294,79	1 294,79	0,00	1 294,79	0,00	0,00	0	99%	
D3	Juros e outros encargos												
D4	Transferências e subsídios correntes												
D41	Transferências correntes												
D411	Administrações Públicas												
D4111	Administração Central - Estado Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades												
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração Regional												
D4115	Administração Local												
D412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	97 444,00		97 443,40	97 443,40	0,00	95 443,40	0,00	2 000,00	0	98%	
D413	Famílias	0,00	41 967,00		41 854,36	41 854,36	0,00	41 854,36	0,00	0,00	0	100%	
D414	Outras												
D42	Subsídios correntes												
D5	Outras despesas correntes	0,00	19 716,00		19 715,25	19 715,25	0,00	19 715,25	0,00	0,00	0	100%	
D6	Aquisição de bens de capital	18 919,86	74 955,00		66 837,98	66 556,30	18 919,86	56 533,50	281,68	10 022,80	25%	50%	
D7	Investimento												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração Regional												
D7115	Administração Local												
D712	Entidades do setor não lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D10	Ativos financeiros												
D11	Passivos financeiros												
	Despesa de capital												
	Total	126 458,44	2 262 861,00	0,00	2 210 744,40	2 190 777,62	126 458,44	1 974 096,53	19 966,78	89 022,85	6%	87%	

3.4. Anexo às demonstrações orçamentais

3.4.1 – Alterações orçamentais da receita

Rúbricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
R511 Administração Central - Estado Português	M	455 000,00	0,00	0,00	0,00	455 000,00	
R512 Administração Central - Outras entidades	M	135 000,00	0,00	0,00	71 400,00	206 400,00	
R512 Exterior - UE	P/M	100 000,00	0,00	0,00	113 835,00	213 835,00	
R513 Outras	P/M	51 060,00	0,00	0,00	0,00	51 060,00	
R6 Venda de bens e serviços	M	1 291 352,00	0,00	0,00	0,00	1 291 352,00	
R7 Outras receitas correntes	P/M	17 588,00	0,00	0,00	0,00	17 588,00	
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	0,00	27 606,00	0,00	0,00	27 606,00	
Total:		2 050 000,00	27 606,00	0,00	185 255,00	2 262 861,00	

3.4.2 – Alterações orçamentais da despesa

Rúbricas	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
D11 Remunerações Certas e Permanentes	P/M	686 901,00	83 889,00	75 272,00		695 518,00	
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	11 300,00	3 708,00	2 008,00		13 000,00	
D13 Segurança social	P/M	147 601,00	66 762,00	42 200,00		172 163,00	
D2 Aquisição de bens e serviços	P/M	992 045,00	255 935,00	188 365,00	87 180,00	1 146 795,00	
D3 Juros e outros encargos	P/M	1 253,00	50,00			1 303,00	
D412 Entidades do setor não lucrativo	P/M	39 325,00	36 369,00		21 730,00	97 444,00	
D413 Famílias	P/M	74 575,00	2 279,00	58 269,00	23 382,00	41 967,00	
D5 Outras despesas correntes	P/M	10 000,00	10 100,00	384,00		19 716,00	
D6 Aquisição de bens de capital	P/M	87 000,00	2 300,00	67 288,00	52 943,00	74 955,00	
Total:		2 050 000,00	461 392,00	433 786,00	185 255,00	2 262 861,00	

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large 'R' and other illegible marks.

3.4.4 – Operações de Tesouraria

Código das contas	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.1 / 07.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.2 / 07.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.3 / 07.2.1.3 - Região Autónoma Açores	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.4 / 07.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.5 / 07.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	0,00	26 511,88	26 511,88	0,00
07.2.8- Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	26 511,88	26 511,88	0,00

3.4.5 - Contratação Administrativa

Nº de Contrato	CPF	RFB Fornecedor / Equipamento	Valor do Equipamento	Data de entrega	Condição			Valor do IC			Classificação econômica			Data de primeiro pagamento (em %)	Pagamentos avaron	Pagamentos pretoria de (incluindo acórdão)	Pagamentos acumulados até (R\$)	Nº	Nº	Data regular
					Preço base	Preço Comunitário (em %)	Preço Contratual sem IV.	Data de Conclusão (em %)	Data	Fonte de financiamento	Faixa	Valor de pagamento (em %)	Valor de pagamento (em %)							
66376	0317004	Valor	102008	10/02/18	5 500,00		5 538,74	100,00			30	02/186	100,00	060,186						
66880	0318004	Valor	270208	27/02/18	6 625,00		6 574,54	100,00			30	02/186	100,00	540,128						
66884	0319004	Valor	840208	08/02/18	3 270,00		3 256,06	100,00			30	02/186	100,00	840,208						
66887	0320004	Valor	290208	29/02/18	8 420,00		8 406,04	100,00			30	02/186	100,00	852,739						
66895	0321004	Valor	840208	08/02/18	5 500,00		5 485,04	100,00			30	02/186	100,00	85,05						
66899	0322004	Valor	102008	10/02/18	8 982,00		8 977,54	100,00			30	02/186	100,00	85,05						
66905	0323004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			30	02/186	100,00	20 572,00						
549336	0324004	Valor	09 640,00	09/04/18	8 940,00		8 940,00	100,00			40	02/186	100,00	857,3						
549346	0325004	Valor	09 640,00	09/04/18	13 030,00		13 030,00	100,00			40	02/186	100,00	452,56						
549370	0326004	Valor	09 640,00	09/04/18	5 290,00		5 277,24	100,00			40	02/186	100,00	494,73						
668967	0327004	Valor	20 572,00	20/02/18	27 040,00		25 184,47	100,00			30	02/186	100,00	252,41						
668987	0328004	Valor	09 640,00	09/04/18	8 300,00		8 276,00	100,00			30	02/186	100,00	740,77						
66899	0329004	Valor	10 200,00	10/02/18	13 040,00		12 544,47	100,00			30	02/186	100,00	97,86						
66900	0330004	Valor	20 572,00	20/02/18	7 200,00		6 504,50	100,00			30	02/186	100,00	664,5						
66901	0331004	Valor	10 200,00	10/02/18	9 200,00		9 270,00	100,00			40	02/186	100,00	11 366,8						
66902	0332004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66903	0333004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66904	0334004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66905	0335004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66906	0336004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66907	0337004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66908	0338004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66909	0339004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66910	0340004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66911	0341004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66912	0342004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66913	0343004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66914	0344004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66915	0345004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66916	0346004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66917	0347004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66918	0348004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66919	0349004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66920	0350004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66921	0351004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66922	0352004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66923	0353004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66924	0354004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66925	0355004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66926	0356004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66927	0357004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66928	0358004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66929	0359004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66930	0360004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66931	0361004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66932	0362004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66933	0363004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66934	0364004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66935	0365004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66936	0366004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66937	0367004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66938	0368004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66939	0369004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66940	0370004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66941	0371004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66942	0372004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66943	0373004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66944	0374004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66945	0375004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66946	0376004	Valor	20 572,00	20/02/18	20 572,00		20 572,00	100,00			40	02/186	100,00	664,5						
66947	0377004	Valor	20 572,00	20/02/18																

3.4.5.1 – Situação dos contratos

Entidade	Contrato		Valor	Visto Trib. de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na Contabilidade Normativa	Observações (Presupostos)
	Objeto	Data		Nº de Registo	Data			
Recheio Cash & Curry, S.A.	Fornecimento de Frutas, produtos hortícolas e produtos afins	31/12/2018	13 458,73 €			13/03/2019	15 021,86 €	Os pagamentos incluem IVA
Vianhru - Comércio de Produtos Alimentares, Lda	Fornecimento de Laticínios	27/12/2018	6 573,65 €			27/02/2019	5 443,39 €	
Lactopol - Produtos Alimentares, S.A.	Fornecimento de Laticínios	14/12/2018	3 250,00 €			07/02/2019	3 402,60 €	
Imasso Foods, Lda	Fornecimento de Laticínios	28/12/2018	10 080,00 €			07/02/2019	10 327,39 €	
Recheio Cash & Curry, S.A.	Fornecimento de Laticínios	14/12/2018	483,00 €			13/03/2019	85,05 €	
Vianhru - Comércio de Produtos Alimentares, Lda	Fornecimento de Carne e produtos animais e vegetais	17/12/2018	1 877,50 €			04/04/2019	1 336,74 €	
Recheio Cash & Curry, S.A.	Fornecimento de Carne e produtos animais e vegetais	17/12/2018	19 230,00 €			27/02/2019	16 106,91 €	
Paula & César Informática, Lda	Fornecimento de Equipamento Informático	09/04/2019	15 000,00 €			04/07/2019	18 573,00 €	
Empac - Informática e Services, Lda	Fornecimento de Equipamento Informático	09/04/2019	3 701,50 €			04/07/2019	4 552,85 €	
Alber - Computadores e Serv. Informática, Lda	Fornecimento de Equipamento Informático	09/04/2019	3 727,42 €			04/04/2019	22 292,43 €	
Sumil + Connell, S.A.	Fornecimento de Bebidas	19/03/2019	25 138,14 €			12/08/2019	7 467,71 €	
ASC - Arménio Salgado, Gova - Comércio de Produtos de Higiene	Detergentes para canteins, bares e lavandarias	09/04/2019	11 270,40 €			15/02/2019	807,68 €	
ASC - Arménio Salgado Gova - Comércio de Produtos de Higiene	Detergentes para canteins, bares e lavandarias	09/04/2019	1 254,84 €			24/10/2019	6 568,50 €	
SABSEG - Comércio de produtos, S.A.	Suavizante e Desodorizante	01/09/2019	6 568,50 €					
Leandro Martins, Sr.	Suavizante e Desodorizante	17/12/2019	9 192,00 €					
Novo Espaço, Agência Web, Lda	Serviços para o desenvolvimento de aplicações front-end para o projeto ElioSAS	27/03/2019	19 000,00 €			04/07/2019	23 370,00 €	
Aluvini - Manutenção e Exploração de Instalações e construção S.A.	Serviços de manutenção de sistemas AVAC	28/03/2019	7 381,75 €			13/11/2019	5 296,42 €	
Unifreter, Lda	Serviços de Desenvolvimento de Software	02/10/2019	6 533,33 €					
Viter Manuel Vieira Bezerra	Serviços para prestação de pesquisas nutricionais	19/07/2019	11 050,00 €			13/09/2019	7 653,05 €	
Mariano Rafaela Fernandes Santos	Serviços de laboratório para o Gabinete de Saúde	25/09/2019	9 260,00 €			21/10/2019	4 150,00 €	
J. Camilo Lda	Serviços de Psicologia para o Gabinete de Saúde	25/09/2019	9 260,00 €			21/10/2019	4 150,00 €	
Milena Costa Vezzer	Assistência e Manutenção ao software de EspFolia	12/12/2019	7 102,72 €			29/12/2019	8 736,34 €	
ANTONIO TOQUINI DE MACEDO PERRIRA RIBEIRO, LDA	Fornecimento de produtos de origem animal, carne e produtos à base de carne	07/01/2019	48 462,50 €			22/02/2019	49 886,75 €	
Mental Alimentação, S.A.	Fornecimento de produtos de origem animal, carne e produtos à base de carne	04/01/2019	35 518,50 €			07/02/2019	34 372,68 €	
Vianhru - Comércio de Produtos Alimentares, Lda	Fornecimento de produtos de origem animal, carne e produtos à base de carne	11/01/2019	13 985,00 €			07/02/2019	16 175,40 €	
Manuel Vieira Sousa & Filhos, Lda	Fornecimento de Produtos Alimentares	07/01/2019	45 172,45 €			07/02/2019	45 701,19 €	
CAMPAPAO - Panificadores Unidos do Conselho de Cantanhã	Fornecimento de Produtos Alimentares	10/12/2018	8 892,58 €			27/02/2019	4 998,53 €	
L. Ribeiro	Fornecimento de Produtos Alimentares	10/12/2018	8 256,00 €			22/02/2019	8 669,75 €	
Recheio Cash & Curry, S.A.	Fornecimento de Produtos Alimentares	31/12/2018	13 690,50 €			13/03/2019	12 654,00 €	
Vianhru - Comércio de Produtos Alimentares, Lda	Fornecimento de preparações e conservas à base de carne	11/01/2019	30 470,00 €			27/02/2019	30 456,57 €	
Recheio Cash & Curry, S.A.	Carneis, Butiros, Produtos Hortícolas, Frutas e frutos de caça, etc	31/12/2019	40 821,75 €			13/03/2019	41 529,50 €	
Alague Real Aviação/Sabreiro, Lda	Fornecimento de Caffe, Chae e Produtos Afins para Bares e Mquinas de Venda Automtica	10/01/2019	44 823,15 €			21/02/2019	25 401,68 €	
Vadecia - Facility Services, S.A.	Serviços de limpeza e tratamento de água para a residência de estudantes	14/03/2019	26 616,00 €			12/08/2019	19 092,98 €	
Reco de Almeida, Lda	Serviços de preparação alimentar, atendimento limpeza em canteins e bares e respetivos anuidades de suporte	18/02/2019	208 120,00 €			16/04/2019	136 304,83 €	

[Handwritten signature and initials]

3.4.5.2 – Adjudicação por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	Concurso Público		Concurso Lim. Por Prévia Qualificação		Procedimento de Negociação		Diálogo Concorrencial		Consulta Prévia		Ajuste Direto	
	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor
Locação												
Empreitadas de Obras Públicas												
Gestão de Serviços Públicos												
Prestação de Serviços	2	234.936,00							4	42.142,25	5	38.072,72
Aquisições de Bens	5	290.091,55							7	117.745,22	0	0,00

Handwritten signature and initials, likely representing an official or representative of the organization.

3.4.6 - Transferências e subsídios

3.4.6.1 - Transferências e subsídios - despesa

Tipos de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
Transferências Correntes								
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Competência do Presidente do IPVC conforma alínea e) n.º 5 do art.º 20 da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro.	Apoio para atividades estudantis.	várias associações	97 444,00	97 443,40	93 443,40	0,00	0,00
040802 - Outras	alínea b), do n.º 1, do artigo 24.º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro conjugado com o 1 e 2 do artigo 11.º do D.L. 129/93 de 22 de Abril	Atenuação de bolsas de apoio social	vários estudantes do IPVC.	41 967,00	41 854,36	41 854,36	0,00	0,00
Total Transferências Correntes				139 411,00	139 297,76	137 297,76	0,00	0,00
Transferências de Capital								
...								
Total transferências de capital								
Subsídios								
...								
subsídios								

3.4.6.2 - Transferências e subsídios - receita

Tipos de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
Transferências Correntes							
060101 - Públicas		Apoio para atividades estudantis	Município de Viana do Castelo	15 188,00	12 497,40	2 690,60	
060301 - Estado	Orçamento de Estado 2018	Despesas com pessoal	MCTES	455 000,00	455 000,00		0,00
060307 - Serviços e fundos autónomos	RJHES	Apoio para atividades estudantis, despesas de funcionamento.	503761877- Instituto Politécnico de Viana do Castelo	206 400,00	204 400,00	2 000,00	0,00
060801 - Famílias		Seguro Escolar cobrado aos alunos do IPVC		35 872,00	35 271,00	601,00	
060901 - União Europeia - Instituições		Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade.	FEDER POPH	213 855,00	166 172,23	47 682,77	0,00
Total transferências correntes				926 315,00	873 340,63	52 974,37	0,00
Transferências de Capital							
...							
Total transferências de capital							
Subsídios							
...							
subsídios							

Viana do Castelo, 22 de junho de 2020

O Conselho de Gestão do IPVC

Carla I. R. de

Paula H. A.

R. J. L. L. L.

Mrs Manuel Corgueiro Bentes

Margarida Amador

O Conselho de Gestão dos SAS-IPVC

Carla I. R. de

Paula H. A.

Paula H. A.